

SÉRIE ANTROPOLOGIA

349

A TEORIA VIVIDA:
Reflexões sobre a orientação em antropologia

Mariza Peirano

Brasília
2004

A teoria vivida:

reflexões sobre a orientação em antropologia *

A relação de “intensa orientação” — em seu sentido mais pleno — é sempre o primeiro elo da formação mediata ou imediata dessas linhagens em que se estrutura a identidade do antropólogo. (Duarte 1995:13)¹

A orientação de um aluno é um processo que faz parte integrante da vida acadêmica, vale dizer, todos nós fomos orientados um dia, quase todos orientamos hoje. Esta prática não é, portanto, um momento isolado; ela está inserida em um processo maior, o da reprodução, continuidade e expansão da disciplina. Somos elos de uma seqüência de gerações, e é por meio do que chamamos “orientação” que dois pesquisadores vivem uma relação estreita de cumplicidade teórica, freqüentemente de média, senão de longa, duração, que tem como objetivo imediato a produção de uma monografia. Refiro-me não apenas ao aspecto formal da elaboração de uma dissertação ou tese, seu lado instrumental, mas a um experimento antropológico e, eventualmente, a uma contribuição à disciplina.²

Nesta comunicação começo explicitando algumas dimensões do *métier* do antropólogo, sobre as quais se baseia minha experiência de orientação. Examino, a seguir, três aspectos: (i) os critérios de orientação — para afirmar que não há como estabelecê-los; (ii) a característica fundante da orientação — para propor

* Este trabalho foi apresentado na V Reunião de Antropologia do Mercosul, 30 nov./4 dez. 2003, em Florianópolis. Agradeço a Gilberto Velho o convite para participar do fórum “O fazer antropológico e a orientação” que me deu a oportunidade de expandir reflexões anteriores sobre as linhagens intelectuais dos antropólogos. Sou grata a Wilson Trajano Filho, Christine Chaves e Antonádia Borges pelas sugestões.

¹Duarte, L. F. D. 1995. “Formação e ensino na antropologia social: os dilemas da universalização romântica”. In *O ensino da antropologia no Brasil. Temas para uma discussão*. ABA, pp. 10-17.

² Creio que uma investigação comparativa sobre o valor semântico do termo “orientação” em diversos meios acadêmicos revelaria aspectos interessantes desta prática.

que este é o momento *sui generis* em que a teoria é vivida por duas gerações; e (iii) o papel da orientação nas carreiras intelectuais — para sugerir que, para o bem ou para o mal, uma relação que um dia foi de orientação nunca tem fim.

Contexto da orientação

Sintetizo alguns pontos que, válidos para as ciências sociais em geral, fundamentam minha visão da orientação em antropologia:

- 1) na antropologia não há teoria separada da história da disciplina (embora teoria não seja história; mais, adiante) — combinadas, elas formam uma *história teórica*, interna à prática da antropologia, que informa e guia seu refinamento e expansão a partir de pesquisas de campo nossas e de nossos predecessores;
- 2) ao contestar verdades do senso comum de uma época, por meio da surpresa intrínseca à prática etnográfica e aos acasos da experiência de campo, o etnógrafo/antropólogo confronta também a própria teoria acumulada e a enriquece, corrige ou contesta — este é um traço fundamental na idéia weberiana de uma “eterna juventude” das ciências sociais;
- 3) nesse contexto, o estudante em formação entra em contato com verdadeiras árvores genealógicas de autores consagrados (e também rejeitados) nos cursos básicos, a partir das quais construirá a sua própria;³
- 4) na antropologia, então, linhagens teórico-disciplinares são mais relevantes que supostas “escolas” — que, na verdade, são rótulos dados *a posteriori*, geralmente criados ou atribuídos com uma forte dose de afirmação e/ou rejeição política;
- 5) disso decorre que é necessário distinguir, na disciplina, pelo menos dois tipos de reconstrução do passado: a *história teórica* (que lê os clássicos de uma perspectiva interna, *de dentro* das obras clássicas, e nelas reconhece e constrói alguns vínculos temáticos e analíticos) e a *história da antropologia* (que focaliza o contexto daqueles que pensaram questões antropológicas);⁴

³ Cf. Peirano, M. 1995. “Os antropólogos e suas linhagens”. In *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

⁴ Como se sabe, a história da antropologia pode ter um viés presentista, historicista ou de catalogação de “escolas”. Poderíamos ainda acrescentar, além da história teórica e da história da antropologia, uma perspectiva *política da teoria* (que examina, por exemplo,

- 6) a *história teórica*, que nos é importante aqui, resulta não de uma mera seqüência de obras e autores, mas principalmente examina os problemas e as questões que formam um repertório aberto que, continuamente renovado em novas perguntas ou formulações, produz um movimento espiralado e não-linear; nesse contexto, as monografias etnográficas são o capital mais significativo da disciplina, indicando ao pesquisador iniciante que a relação entre teoria e pesquisa de campo é hoje enfrentada, o foi no passado, e continuará sendo por outros depois dele. Em outras palavras, o que consideramos nosso cânone não é por essa razão estático, já que se fundamenta no arejamento que pesquisas novas produzem em diálogo com idéias e autores que nos precederam.

Aqui entra a figura do orientador, que, apoiando-se nessa bagagem sólida (ou frágil), no processo de orientação sustenta o diálogo com o passado e o presente da antropologia.

Crítérios da orientação

O orientador é, portanto, o intermediário entre a etnografia/teoria acumulada e o pesquisador iniciante. Ele é o facilitador de novas monografias.⁵ Mas não há receituário ou manual que nos ensine como melhor orientar. Nesse sentido, a orientação faz par com a pesquisa de campo, a qual Evans-Pritchard nos alertou não ser possível ensinar. Sabemos que na pesquisa entram em ação a personalidade e a biografia do investigador, os diálogos teóricos em vigência no momento, o contexto social mais amplo e, não menos, as situações imprevisíveis que farão ressoar, nessa experiência, as teorias aprendidas de outros povos e outros tempos.

Esses mesmos processos e paradoxos existem na orientação — nada pode ser antecipado em face do impacto de dados novos e das ambigüidades e inconsistências inevitáveis que eles trazem. Baseado na sua experiência de iniciado, espera-se que o orientador proporcione segurança e tranquilidade diante da incerteza natural de quem tem muito mais dados do que é possível assimilar e compreender. Espera-se também que ele guie o iniciante de forma que este possa se libertar (mas só parcialmente) da empiria primeira dos dados e formular questões relevantes para o seu trabalho. A formulação dessas questões *e a*

como um termo como “pós-colonialismo” abrange, de forma simplificadora, uma série de experiências históricas distintas). Ver Ahmad, A. 1996. “Postcolonialism: what is in a name?”. In R. de la Campa, E. Kaplan e M. Sprinker (eds.) *Late imperial culture*. Londres: Verso, pp. 11-32.

⁵ No mesmo fórum, Miriam Grossi usou a idéia da “dor da tese” para examinar a experiência pela qual passam os doutorandos.

hierarquia delas são talvez o ponto nodal da produção de uma boa monografia — mas não há fórmula que nos ensine como lá chegar.

O momento *sui generis*

A orientação é uma relação *não* igualitária, em que se dá o encontro entre o jovem — que traz o inesperado, o imponderável, o caos inevitável da experiência de campo — e o professor — cujo papel essencial é ser o guardião do noviço *e da teoria antropológica*, e que, portanto, irá dirigir o diálogo dados + teoria. Nessa relação, o orientador é um “*elder da tribo*”, um garantidor da continuidade da disciplina.

Vale elaborar: é porque o orientador detém a responsabilidade sociológica da expansão de linhagens intelectuais das quais faz parte que lhe é possível dar ao orientando tranquilidade e segurança — e não necessariamente por suas características pessoais. Assim, as desejáveis qualidades do orientador estão em segundo plano em face de uma visão holista do seu papel na reprodução da disciplina.⁶ Já o orientando representa os dados novos, as novas “agências” a serem incluídas no vocabulário da antropologia. Nessa relação forte e sensível, cabe ao orientador a responsabilidade da delicadeza tanto quanto da firmeza. As duas são inseparáveis, mas vou distingui-las para facilitar a exposição.

Firmeza: tranquilidade e disponibilidade não significam condescendência. Nada pior para um iniciante do que uma visão igualitária que não existe. O orientador é responsável por conseguir que o aluno alcance o máximo da sua competência e capacidade analíticas. Delicadeza: cabe ao orientador tornar conscientes as questões que, na verdade, o orientando geralmente já formulou na sua própria prática de campo, mas que nem sempre estão explícitas *em uma hierarquia teórica* quando enfrenta a tarefa de produzir uma monografia. Cabe ao orientador, então, perguntar, questionar, levantar possibilidades e alternativas, e assistir às dúvidas — no sentido de acompanhar e ajudar a solucioná-las. A produção de certezas fáceis é um dos grandes desfavores que um orientador pode fazer a seu orientando. Como o tempo da orientação e da produção de uma monografia muitas vezes não é exatamente o mesmo que instituições e agências financiadoras exigem — uma limitação que sempre está/esteve presente como pressão externa —, é importante ainda que o orientador saiba dosar essa tensão entre expectativas e desejos e condições objetivas concretas.

É verdade que a relação dados + teoria na orientação das monografias vai variar caso a caso. Se os dados não foram obtidos a partir de uma formação teórica sólida, o orientador precisará indicar o caminho para costurar, ou melhor, cerzir,

⁶ Parry Scott incluiu vários casos etnográficos de relação entre orientador e orientando (alguns pitorescos, outros trágicos) na comunicação que fez no mesmo fórum.

teoria e dados. Para o orientando que tem um domínio teórico não apenas firme, mas introjetado, dados + teoria não se separam. Diferente de outras ciências sociais, as monografias antropológicas, desde *Os Argonautas* de Malinowski, têm por ideal a fusão interna entre dados e teoria.⁷ Para continuar a analogia tecelã, trata-se de ver dados e teoria trançados.⁸ Antonádia Borges sugere, a partir de sua experiência recente de pesquisa, que a forma pela qual a compreensão antropológica se dá inclui a incorporação não refletida de conceitos nativos que, lentamente, vão se tornando conhecimento consciente, depois de desestabilizarem as crenças antropológicas — ao que eu acrescentaria, o senso comum que existe e sobrevive nelas.⁹ O orientador acompanha esse processo e ajuda o aluno, que tem como base o capital acumulado ao longo de sua formação: cursos de teoria e cursos analíticos facilitam o diálogo intelectual, tornando a inevitável hierarquia entre os dois personagens produtiva, estimulante e prazerosa.

Nesse contexto, ao orientador cabe manter uma distância respeitosa, mas comprometida, com o orientando e seu ritmo e estilo de trabalho. Não se trata de co-autoria: a tese será apenas de um autor — e o iniciante tem direito inalienável a dúvidas e a descobertas que são suas. Ambas não lhe podem ser negadas, sob o risco de o aluno tornar-se um clone do orientador. No mesmo sentido, o orientador deve respeitar as bricolagens teóricas — que nem sempre correspondem às suas — que o orientando certamente realizará e que serão o fundamento da sua maturidade como investigador e da sua independência intelectual.¹⁰ Disso resulta um dado importante: nem sempre o orientador formal é o elo mais expressivo de uma seqüência de predecessores — mas, mesmo assim, ele continua sendo o

⁷ Comparando suas teses às produzidas em outras ciências sociais no Brasil, alunos de antropologia geralmente manifestam inquietações iniciais sobre a necessidade de inclusão de um capítulo teórico à parte. Quando descobrem que não se trata de uma obrigação, segue-se um grande alívio.

⁸ Entre as monografias que me são mais próximas, cito as de Wilson Trajano Filho (*Músicos e música no mundo da travessia*, diss. de mestrado, UnB, 1984), Christine de Alencar Chaves (*A marcha nacional dos sem terra*, Relume Dumará, 1999), John Comerford (*Fazendo a luta*, Relume Dumará, 2000; *Como uma família*, Relume Dumará, 2004), Cristhian Teófilo da Silva (*Borges, Belino e Bento*, Annablume, 2002), Antonádia Monteiro Borges (*Tempo de Brasília*, Relume Dumará, 2004).

⁹ Comunicação pessoal (email de 3 de outubro de 2003).

¹⁰ Para melhor explicar o aspecto dinâmico da reprodução intelectual, Wilson Trajano Filho sugere que, somando-se à noção de linhagem — baseada na segmentação e na reprodução de si própria —, a filiação complementar e o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, noções desenvolvidas por Meyer Fortes, seriam idéias produtivas para focalizar os aspectos da autonomia e da liberdade dos orientandos. Fico devendo um melhor desenvolvimento desta idéia e, no momento, mantenho apenas a noção de “linhagem” por sua força retórica.

principal interlocutor do aluno.¹¹ Tudo isso implica um processo que amadurece aos poucos. Aqui talvez seja apropriada a máxima latina “apressa-te lentamente” (*festina lente*),¹² que retrata o ritmo de uma orientação bem-sucedida.

Mas esse momento é também propício para o aluno perceber (se não o fez antes) que os ensinamentos rotulados não têm vez na transformação da sua experiência em uma monografia: “escolas” ou “paradigmas” (quer funcionalista, estruturalista ou pós-moderna) ou “tradições” (britânica, francesa, culturalista etc.) implodem ante a complexidade dos dados e da experiência.¹³ Insisto: o ensino pré-fabricado de supostas escolas ou tradições revelam o lado perverso das classificações — elas transformam-se em simples compartimentos onde os autores são encaixados, quando não seqüências cronológicas e lineares empobrecidas e sem criatividade. A verdadeira linhagem intelectual na antropologia é um produto individual, artesanal portanto, mas com implicações coletivas — ela não pode ser “ensinada”; ela é o produto da leitura dos clássicos, da experiência etnográfica e da influência de vários mestres. No Brasil, dada nossa inserção no mundo intelectual mais amplo — mesmo que, em geral, de mão única —, uma bricolagem de autores variados é saudável para a formação de novas gerações, revelando, inclusive, os circuitos sempre abertos da troca de idéias.¹⁴

Dito isso, quero reforçar que vejo no contexto da orientação a possibilidade plena de duas gerações *viverem a teoria* via os dados novos que o aluno traz do campo. O diálogo entre orientador e orientando brota das evidências empíricas advindas da pesquisa — a que o orientador não teve acesso na sua experiência primeira e imediata (nos termos de Peirce, trata-se do caráter indéxico dos fenômenos). Isto é, a posição teórica privilegiada do professor deve ceder espaço, em termos hierárquicos, para a primazia dos dados coletados pelo aluno para que novas dimensões possam ser atingidas por ambos, em diálogo. A renovação da antropologia é o presente que orientador e orientando se dão ao fim do processo.

¹¹ Ver Duarte (1995: 13): “Essa relação poderá não se consubstanciar em uma única figura concreta de mestre, mas compor-se de partes de sucessivas experiências, que guardam entre si a continuidade de serem caminhos personalizados, encarnados, mediados pela palavra e o sentimento, de acesso ao modo antropológico do conhecimento”.

¹² Calvino, I. 1990. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo, Cia. das Letras, p. 60.

¹³ Acrescento que, com freqüência, cabe ao orientador fazer os alunos suportarem as frustrações que advêm da experiência concreta da coerção da vida social. Reconhecida na teoria, não é fácil aceitá-la na prática. A tarefa do orientador está em auxiliar o aluno nessa percepção sem torná-lo cético.

¹⁴ A tendência dominante, contudo, é a de escolher um guru estrangeiro contemporâneo e segui-lo acriticamente, na crença de que o toque milagroso de suas idéias ilumine os dados colhidos. Essa é uma prática muitas vezes passada de orientador para orientando.

Uma relação para sempre

Para o bem ou para o mal, a experiência da orientação marca especialmente os antropólogos. Cessada a relação hierárquica explícita (tanto no senso comum de desigualdade quanto no de englobamento de valores), o vínculo reconstrói-se em bases diferentes, mas não desaparece.

Na minha experiência, orientandos e/ou orientadores que vive(ra)m a relação em termos ocidentais individualistas, de rivalidade entre pais e filhos (que, em certa medida, está presente na orientação) têm mais dificuldades em consolidar uma relação positiva — cessada a dependência imediata, o vínculo com frequência passa a ser vivenciado em disputas falsas por “independência” ou “ineditismo” entre supostos iguais. Já orientadores e orientandos que incorporam a idéia mais holista de uma linhagem intelectual têm mais facilidade em ajustar-se aos novos papéis relativos e, muitas vezes, até mesmo para inverter a hierarquia inicial — porque são efetivamente iguais. Acredito que uma consciência da linhagem tende a tornar aceitáveis e normais eventuais desacordos, privilegiando assim uma visão da produção intelectual mais global, histórica e, por que não, antropológica. A segurança do novo intelectual independente não elimina, mas, paradoxalmente, confirma o papel e a importância das linhagens intelectuais.

Post-scriptum

Assim que terminei de redigir esta comunicação, folheando textos sobre parentesco, por acaso encontrei este parágrafo com que Jack Goody encerra a Radcliffe-Brown Lecture que proferiu em 1984.¹⁵ O título da conferência é “Under the lineage’s shadow”:

When I gave the title to this then unwritten lecture I did so with intentional ambiguity. The lineage referred not only to a term of art for certain forms of kin group but also to the very distinguished predecessors, under whose ample intellectual shadow we work. For some their achievements and their formulations appear to be causes for despair, rejection, or withdrawal. I have argued that such reactions are out of place. We can accept both critically and appreciatively the work of Radcliffe-Brown and others of the line. But we need to enlarge its scope, following not so much their abstract theoretical statements and restricted paradigms but their hypotheses of the middle range. History and psychology may then become

¹⁵ Goody, J. 1984. “Under the lineage’s shadow” (Radcliffe-Brown Lecture on Social Anthropology). *Proceedings of the British Academy*, Londres, vol. LXX, pp. 189-208.

friends whom we marry rather than enemies whom we don't; the family and household may enter fully into the analysis of the domestic domain and its mode of livelihood [...]. The ancestral lineage will then be something to take advantage of, to build upon, not to feud with.